18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO
EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

A ÁGUA COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE DA PAISAGEM:

O Parque Evaldo Cruz e o legado no paisagismo moderno

ST3 - Paisagens e Memória

WATER AS A STRUCTURAL ELEMENT OF THE LANDSCAPE:

Evaldo Cruz Park and its legacy in modern landscaping

BARROS FILHO, Mauro Normando Macêdo
Professor |UFCG | Campina Grande, PB, Br | mauro.barrosfilho@ufcg.edu.br | ORCID: 0000-0002-9811-8327

VILLARIM, Lizia Agra
Professora| Uninassau |Campina Grande, PB, Br | liziaagra@gmail.com | ORCID: 0000-0001-8218-4963

RESUMO

O patrimônio paisagístico moderno constitui um referencial central para a compreensão das transformações urbanas brasileiras ao longo do século XX, especialmente no que diz respeito à produção de espaços livres públicos associados aos ideais da urbanística moderna. No contexto nacional, tais intervenções dialogam com o modelo de planejamento integrado vigente durante o regime militar, resultando em parques e áreas verdes que, embora marcados por um viés tecnocrata, assumiram papel estruturador e simbólico nas cidades. Esses espaços, ainda hoje centrais nas dinâmicas urbanas, enfrentam desafios relacionados à conservação, gestão e adequação às demandas contemporâneas, sobretudo em cidades de pequeno e médio porte, caracterizadas por uma ocupação historicamente privada e descontínua. Para compreendê-los como bens culturais, adota-se a categoria da paisagem urbana, entendida como construção relacional entre sociedade, espaço e tempo, e interpretada como um palimpsesto de camadas temporais sobrepostas. Nesse sentido, o Parque Evaldo Cruz, em Campina Grande (PB), constitui estudo de caso emblemático. O artigo analisa, em perspectiva histórica, as transformações desse espaço desde 1830 até a atualidade, a partir da morfologia urbana e da identificação de quatro paisagens, nas quais a água se afirma como elemento estruturador da paisagem urbana em contexto semiárido.

Palavras-chave: paisagem urbana; patrimônio paisagístico moderno; espaços livres públicos; parques urbanos.

ABSTRACT

Modern landscape heritage is a key reference point for understanding urban transformations in Brazil throughout the 20th, especially with regard to the creation of public open spaces associated with the ideals of modern urban planning. In the national context, such interventions are in line with the integrated planning model in force during the military regime, resulting in parks and green areas that, although marked by a technocratic bias, have assumed a structuring and symbolic role in cities. These spaces, which are still central to urban dynamics today, face challenges related to conservation, management, and adaptation to contemporary demands, especially in small and medium-sized cities, characterized by historically private and discontinuous occupation. To understand them as cultural assets, we adopt the category of urban landscape, understood as a relational construction between society, space, and time, according to Berque (1994), and interpreted as a palimpsest of overlapping temporal layers. In this sense, Evaldo Cruz Park in Campina Grande (PB) is an emblematic case study. The article analyzes, from a historical perspective, the transformations of this space from 1830 to the present, based on urban morphology and the identification of four landscapes, in which water asserts itself as a structuring element of the urban landscape in a semi-arid context.
Keywords: *urban landscape; modern landscape heritage; public open spaces; urban parks.*

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio paisagístico moderno constitui um campo de investigação fundamental para a compreensão das transformações urbanas ocorridas no Brasil ao longo do século XX, especialmente no que se refere à produção de Espaços Livres Públicos (ELPs) vinculados aos ideais da urbanística moderna. Caracterizado por projetos de grande escala, forte caráter funcional e integração entre natureza, lazer e infraestrutura urbana, esse patrimônio se expressa, de modo recorrente, na dotação de parques e sistemas de espaços livres estruturadores do tecido urbano.

No contexto nacional, a maior parte de tais intervenções paisagísticas dialogam diretamente com a concepção de planejamento urbano definida por Villaça (2004) como “Planejamento Integrado e os Superplanos", modelo que orientou as ações estatais durante o Regime Militar. Esse paradigma buscava articular expansão urbana, infraestrutura e ordenamento territorial de forma sistêmica, produzindo espaços públicos que, além de responderem a demandas técnicas e funcionais, assumiram papel simbólico e estruturante nas cidades brasileiras. Um grande impasse desse período foi o perfil tecnocrata dos projetos, que também mantinham pouco diálogo com as possibilidades e execução dos planos.

A influência desse paisagismo moderno na cidade contemporânea é evidente, seja pela permanência física dos ELPs, seja pela centralidade que ainda ocupam nas dinâmicas urbanas atuais. Os ELPs remanescentes desse período assumem relevância não apenas como áreas de lazer e convivência, mas também como suportes da memória urbana e como elementos-chave na construção da imagem e da representação da paisagem urbana contemporânea. Contudo, tais espaços enfrentam desafios significativos relacionados à conservação, à gestão e à adequação às novas demandas sociais, muitas vezes decorrentes de processos de degradação física, apropriações informais ou pressões imobiliárias.

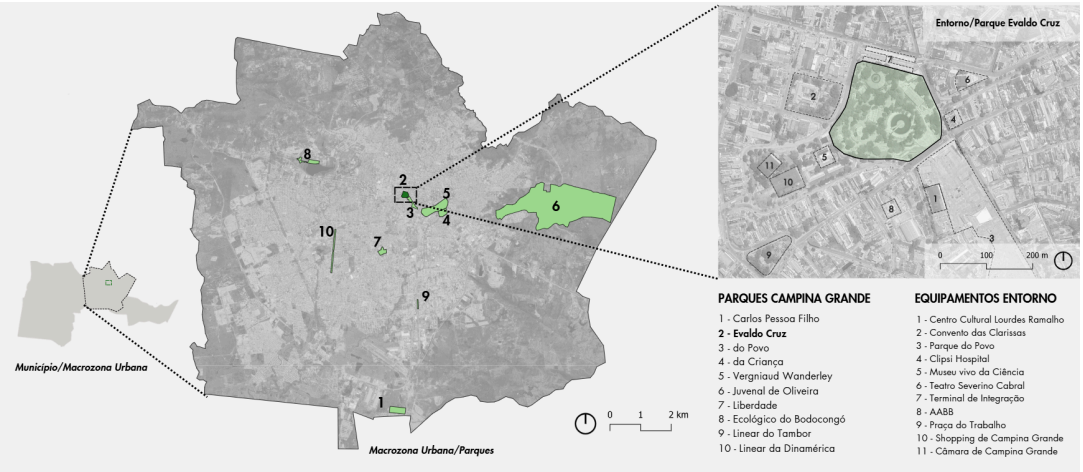
É importante destacar que, embora muitos desses espaços públicos tenham sido originados no âmbito da urbanística moderna, eles frequentemente respondem a demandas pretéritas ou materializam ações necessárias em uma malha urbana marcada por hiatos, descontinuidades e por uma ocupação predominantemente privada, historicamente carente de espaços livres qualificados. Perfil de ocupação singular nas cidades de pequeno e médio porte. Dessa forma, esses parques e áreas públicas não podem ser compreendidos apenas como produtos de um ideário moderno, mas como elementos complexos inseridos em longos processos históricos de formação urbana.

Nesse sentido, para compreender os remanescentes urbanos desse período na atualidade, especialmente os ELPs, como bens culturais, ou seja, a partir dos atributos que os definem e o distinguem, a categoria da paisagem urbana se mostra particularmente apropriada. Por paisagem urbana entendemos a construção resultante da interação complexa entre elementos materiais e sujeitos sociais, que não se localiza exclusivamente nem no objeto nem no observador, mas emerge da relação entre ambos, operando em múltiplas escalas temporais e espaciais e envolvendo, simultaneamente, processos de ordem simbólica, ligados à instituição mental da realidade, e processos de ordem material, expressos na conformação concreta do espaço (Berque, 1994). Nesse sentido, a paisagem é entendida como um palimpsesto, no qual se sobrepõem aspectos, elementos e valores anteriores, componentes próprios da atualidade e outras camadas temporais que, de forma física e ativa, conformam esses espaços ao longo do tempo.

Um exemplo emblemático da importância do paisagismo moderno é o Parque Evaldo Cruz, também conhecido como Açude Novo, localizado na cidade de Campina Grande, Paraíba (Figura 1). Trata-se de um ELP projetado na década de 1970, no contexto do urbanismo moderno, mas que foi progressivamente ressignificado socialmente, incorporando novos usos, significados e práticas urbanas ao longo do tempo, mas mantendo - como o nome herdado de sua configuração original indica - atributos do passado, como a função de açude, que exerceu no século XIX. No século XXI, o parque passou por nova intervenção, que entre outras diretrizes, executou parte da proposta moderna prevista no projeto original que ainda não tinha sido implementada, solução de grande impacto nas atividades sociais da área, sendo bem aceita pela população. O que nos leva a questionar: será que a paisagem moderna ainda não foi superada?

O Parque é um ELP de relevância histórica e paisagística para a cidade, sendo o segundo implantado no município e o primeiro localizado efetivamente em área urbana. Na porção oriunda da terceira grande expansão no núcleo primitivo da cidade, ocorrida a partir de 1920 (Queiroz, 2016), e que se mantém como um dos trechos mais significativos. O parque anteriormente construído, o Parque de exposições Carlos Pessoa Filho, encontrava-se em Zona Rural à época de sua implantação, passando a integrar a Zona Urbana apenas após revisões recentes do Plano Diretor.

Figura 1: Inserção urbana do Parque Evaldo Cruz.



Fonte: Campos, 2024.

O projeto do Parque Evaldo Cruz foi concebido e executado na década de 1970, como dito, no contexto das diretrizes do urbanismo moderno e das políticas de planejamento urbano então vigentes. Implantado na área anteriormente ocupada pelo Açude Novo, o parque representa uma transformação significativa da paisagem urbana, ao substituir uma infraestrutura hídrica em desuso por um espaço destinado ao lazer, à recreação e à convivência social, conforme a população já havia se apropriado como tal.

A área do parque compreende aproximadamente 4,7 hectares, e sua implantação contribuiu para a reorganização espacial do entorno imediato, estabelecendo relações diretas com importantes equipamentos urbanos e culturais. Destaca-se, nesse sentido, sua forte relação com o Parque do Povo, espaço cívico da cidade onde ocorre o Maior São João do Mundo e a proximidade com o Teatro Municipal Severino Cabral. O que reforça o papel do parque como

elemento estruturador da vida cultural e urbana local. Apesar dessa relevância histórica, simbólica e funcional, o Parque Evaldo Cruz não se encontra inserido em área formalmente reconhecida como de preservação.

Atualmente, o parque está situado no entorno de bem tombado, condição atribuída à presença do teatro municipal em suas imediações, o que lhe confere restrições indiretas de uso e intervenção. Ainda assim, o próprio parque não possui proteção legal específica como bem cultural ou paisagístico, apesar de sua importância para a memória urbana, para a história do urbanismo local e para a constituição da paisagem de Campina Grande.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo caracterizar, em perspectiva histórica, esse trecho da paisagem urbana campinense, analisando as transformações ocorridas nesse ELP, desde 1830 até os dias atuais, com especial atenção ao período posterior à sua transformação em parque urbano e a atualidade. Para tal análise, o estudo se fundamenta na análise de sua morfologia urbana e no conceito de paisagem proposto por Berque (1994; 1998).

Diante do amplo recorte temporal pertinente ao objeto de estudo em questão, que abrange aproximadamente duzentos anos, recorre-se ao uso de fotografias históricas, bem como a trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, como forma de subsidiar a análise proposta. Também como solução metodológica procedeu-se a segmentação temporal da paisagem, mediante uma análise que conjugou práticas e associações sociais dominantes e suas expressões materiais no espaço. E tal relação foi possível pela compreensão da paisagem como um palimpsesto, o que fundamenta a abordagem analítica baseada na identificação de períodos marcados por ações e resultados orientados por lógicas estéticas, tecnológicas, políticas, econômicas e culturais semelhantes. Essa perspectiva permite identificar os remanescentes das diferentes camadas temporais, bem como as ações hegemônicas que moldam as práticas de produção do espaço, expressas nas soluções morfológicas e nos padrões de ocupação. Assim, em consonância com o conceito de paisagem formulado por Berque (1994; 1998), e considerando a interação entre sujeito e objeto que estrutura a experiência paisagística, foram identificadas quatro paisagens consideradas particularmente significativas no processo analítico: (*i*) a Paisagem das Águas Paradas; (*ii*) a Paisagem das Águas Iluminadas; (*iii*) a Paisagem sem Água; e (*iv*) a Paisagem das Águas Dançantes.

A recorrência do termo ‘água’ nessas denominações busca enfatizar a centralidade desse elemento na constituição histórica e simbólica da paisagem urbana de Campina Grande, exaltando um dos atributos mais representativos do ELP ao longo do tempo. Ainda, cabe lembrar que a cidade, atualmente com mais de 443.911 mil habitantes (IBGE, 2025), está inserida no contexto do Semiárido Nordestino, caracterizado por longos e recorrentes períodos de estiagem. Nesse sentido, a água assume um papel fundamental, não apenas como recurso essencial à sobrevivência, mas também como elemento estruturador de significados e representações na paisagem urbana local.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo paisagem apresenta caráter polissêmico, assumindo múltiplos significados conforme o campo disciplinar, o recorte analítico e a abordagem teórica adotada. Assim, diversos autores propõem definições que ampliam esse entendimento, enfatizando a paisagem como resultado de processos históricos, sociais e culturais. Para Magnoli (1982), a paisagem corresponde ao

suporte físico no qual se estrutura a sociedade, cuja morfologia resulta da interação entre a lógica dos processos naturais e a lógica dos processos sociais e culturais. De modo convergente, Milton Santos (2008) compreende a paisagem como a combinação de objetos naturais e fabricados, produto da acumulação de múltiplas gerações ao longo do tempo. Já Silvio Macedo (2015) define a paisagem urbana como resultado da interdependência entre sítio, sociedade e elementos construídos.

Apesar das diferenças conceituais, observa-se uma interseção entre essas definições, que reconhecem a paisagem como uma construção histórica, material e simbólica, inseparável das práticas sociais que a produzem e transformam. Tal compreensão justifica sua frequente associação à análise de ELPs, especialmente os parques urbanos, entendidos como espaços de uso coletivo, estruturados por elementos naturais e artificiais, destinados ao lazer, à convivência e à representação simbólica da cidade.

Considerando a variedade de atributos e significados envolvidos, a paisagem pode ser analisada sob diferentes perspectivas: como construção temporal, compreendida como palimpsesto; como composição morfológica, cuja forma expressa dinâmicas sociais cristalizadas no espaço; como patrimônio cultural, portador de valores e atributos materiais e imateriais; sob a abordagem fenomenológica, que privilegia a experiência sensível, a percepção e os modos de apropriação do espaço pelos sujeitos; ou, ainda, pela combinação dessas ou outras diferentes abordagens.

A abordagem fenomenológica distingue-se por deslocar o foco exclusivo da forma ou da materialidade para a relação vivida entre sujeito e espaço, sem, contudo, se opor às demais leituras. Ao contrário, mostra-se complementar, ao incorporar dimensões subjetivas e simbólicas frequentemente ausentes em análises estritamente morfológicas ou históricas.

Nesse sentido, destaca-se a contribuição de Berque (1994), cuja reflexão busca superar o dualismo moderno entre sujeito e objeto, articulando o plano fenomenal, sensível e experiencial, ao plano físico e factual da paisagem (Marandola; Oliveira, 2018). Fundamentado na fenomenologia, Berque compreende a paisagem como uma relação essencial entre homem e meio, resultado da co-constituição entre sociedade, espaço e tempo (*op.cit*).

> (...) a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos. Esta relação, que põe em jogo diversas escalas de tempos e de espaço, implica tanto na instituição mental da realidade, como na constituição material das coisas (Berque, 2013, p.26 *apud op.cit*).

Para Berque (1998), a paisagem pode ser compreendida como a expressão da relação estabelecida entre sociedade e natureza, constituindo-se simultaneamente como resultado e condição das ações humanas no espaço. Assim, ela se configura como marca, na medida em que materializa, de forma visível e concreta, os processos históricos, técnicos e culturais produzidos por uma civilização, e como matriz, pois passa a orientar novas práticas, percepções e formas de apropriação do espaço (*op.cit*).

> Em resumo: 1) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial etc.), como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; e 2) a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz (e, portanto, se transforma, porque há sempre interferências com o exterior) pelo jogo, jamais de soma zero, desses diversos modos. O jogo seria de soma zero se a paisagem não tivesse nenhum sentido (isto é,

> nem significado, nem tendência evolutiva), o que nunca é o caso. Esse jogo impregnado de sentido é a cultura (...) (Berque, 1998, p.86).

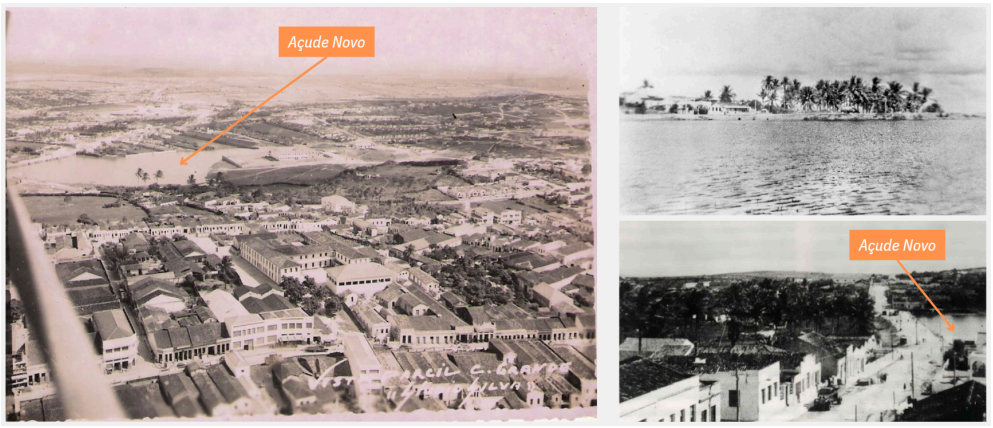
Com base nesse entendimento, a metodologia do presente artigo apoia-se na leitura da paisagem como palimpsesto, visando identificar como, ao longo do tempo, diferentes paisagens do Parque Evaldo Cruz foram construídas material e imaterialmente pela sociedade. Essa abordagem dialoga com as proposições de Berque, ao compreender a paisagem como uma realidade relacional, resultante da interação contínua entre meio físico, práticas sociais e sistemas de significação. Complementarmente, fundamenta-se nas contribuições de Spirn (2014), para quem a paisagem pode ser apreendida por meio de imagens e registros visuais, entendidos não apenas como documentos, mas como instrumentos de descoberta, interpretação e construção de sentido. “A fotografia é um meio de pensamento; é um meio de descoberta e expressão, uma forma de decifrar padrões, elaborar ideias, encontrar e contar histórias” (Spirn, 2014, p.15). Nesse contexto, a fotografia é utilizada como suporte metodológico para revelar camadas temporais, permanências e transformações da paisagem, evidenciando tanto seus aspectos materiais quanto os valores simbólicos e perceptivos associados às experiências sociais. Assim, a análise proposta articula leitura morfológica, interpretação histórica e observação fenomenológica, permitindo compreender o Parque Evaldo Cruz como expressão de múltiplos regimes de paisagem, nos quais se sobrepõem formas, usos, memórias e representações que conformam, de modo cumulativo, a paisagem urbana em estudo.

3 A CRONOLOGIA DAS PAISAGENS DO PARQUE EVALDO CRUZ E SUA CARACTERIZAÇÃO

3.1 A Paisagem das Águas Paradas

A denominada Paisagem das Águas Paradas tem sua origem associada à construção do Açude Novo, em 1830, configurando-se como uma das primeiras camadas estruturantes da paisagem urbana de Campina Grande e permanecendo como referência espacial e simbólica por aproximadamente cento e cinquenta anos. O reservatório foi implantado em momento posterior ao Açude Velho, com a finalidade de assegurar o abastecimento e a segurança hídrica de um pequeno núcleo urbano, então composto por cerca de dois mil habitantes e já submetido a recorrentes períodos de estiagem (Figura 2).

Figura 2: Composição de imagens que ilustram a paisagem das Águas Paradas ou o Açude Novo na década de 1930.



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande (RHCG) (s.d.).

Até o início do século XX, o Açude Novo, em conjunto com o Açude Velho, constituiu a principal fonte de abastecimento de água da cidade. Nesse período, a distribuição do recurso era realizada por meio do trabalho dos chamados agueiros, responsáveis pelo transporte da água em recipientes metálicos, conduzidos no lombo de jumentos até as residências (Figura 3). Tal prática evidencia não apenas a centralidade do açude na vida cotidiana, mas também as formas pré-modernas de organização dos serviços urbanos.

Figura 3: “Agueiros” que transportavam água no lombo dos jumentos em 1930.



Fonte: RHCG (s.d.).

O crescimento econômico impulsionado pelo comércio do algodão promoveu transformações significativas na estrutura urbana de Campina Grande. Entre 1907, com a implantação do terminal ferroviário, e 1950, a população passou de aproximadamente 17 mil para cerca de 173 mil habitantes (Queiroz, 2016). Esse acelerado processo de urbanização exerceu forte pressão sobre os recursos hídricos existentes, comprometendo progressivamente a qualidade das águas do Açude Novo.

Com o agravamento das condições sanitárias, o reservatório deixou de ser utilizado como fonte de água potável, passando a abrigar usos diversos, como banhos, passeios de canoa, lavagem de roupas, de animais e de automóveis (Sousa, 2014). O espaço, nesse contexto, tornou-se

palco de múltiplas práticas sociais, configurando-se como um importante lugar de vivências, encontros e sociabilidades urbanas (*op.cit*) (Figura 4).

Figura 4: Composição de imagens que mostram as vivências e sociabilidades no Açude Novo nos anos de 1950.



Fonte: RHCG (s.d.).

O contínuo crescimento populacional ampliou a demanda por abastecimento hídrico, levando à construção de novos reservatórios, como o açude de Bodocongó, em 1915. Contudo, a elevada salinidade de suas águas inviabilizou seu uso para consumo humano, tornando necessária a captação de recursos hídricos em áreas mais distantes. A inauguração das adutoras de Vaca Brava e, posteriormente, de Boqueirão, contribuiu para a melhoria das condições de saneamento urbano, ao mesmo tempo em que reduziu a centralidade funcional do Açude Novo.

Paralelamente, consolidou-se, sobretudo a partir da década de 1940, o desejo de conformar uma cidade moderna, orientada por ideais de higiene, circulação e embelezamento. As intervenções urbanas desse período implicaram a demolição de edificações no centro da cidade, visando ao alinhamento, ao alargamento e à conexão dos principais espaços livres públicos (Queiroz, 2016). Embora tais reformas não tenham incidido diretamente sobre o Açude Novo, suas águas paradas passaram a ser associadas a imagens de atraso, abandono e insalubridade (Figura 5).

Essa percepção é reforçada por registros da imprensa local, como em coluna publicada no Jornal da Paraíba em 4 de março de 1972, na qual o açude é descrito como uma área perigosa e malcheirosa, cujas práticas sociais deveriam ser eliminadas.

> O visitante acorre ao teatro, um dos mais modernos do Norte do país e depara-se com o reverso da medalha. De um lado a imponência de uma casa de cultura e de outro, um pardieiro, ameaçando ruir a cena bucólica de fazenda em ruínas, galinhas e porcos, chocarreiramente, enchendo o ar e o cenário de ruídos e imagens inconformes. O terreno baldio ao lado do Teatro Municipal , a casa em ruínas não pode permanecer com tal. Destoa, afronta, desmerece, ofende a sensibilidade da urbes que se alvoroça no ímpeto de crescimento. Há lei municipal regulando, punindo, coibindo coisa assim. Na impossibilidade de fazer desaparecer o pardieiro, que se construa pelo menos o muro como exige as posturas municipais (Jornal da Paraíba, 04 de Março de 1972, p. 05).

Figura 5: Composição de imagens que mostram o Açude Novo sem água sendo utilizado como circo e jogos de futebol nos inícios dos anos 1960/70.



Fonte: RHCG (s.d.).

Gradualmente, as águas do Açude Novo foram desaparecendo de sua paisagem física. Ainda assim, até a primeira metade da década de 1970, o reservatório já assoreado continuava a ser apropriado para usos eventuais, como a prática de jogos de futebol e a instalação temporária de circos, revelando a persistência de apropriações populares mesmo diante do processo de degradação (Figura 5).

3.2 A Paisagem das Águas Iluminadas

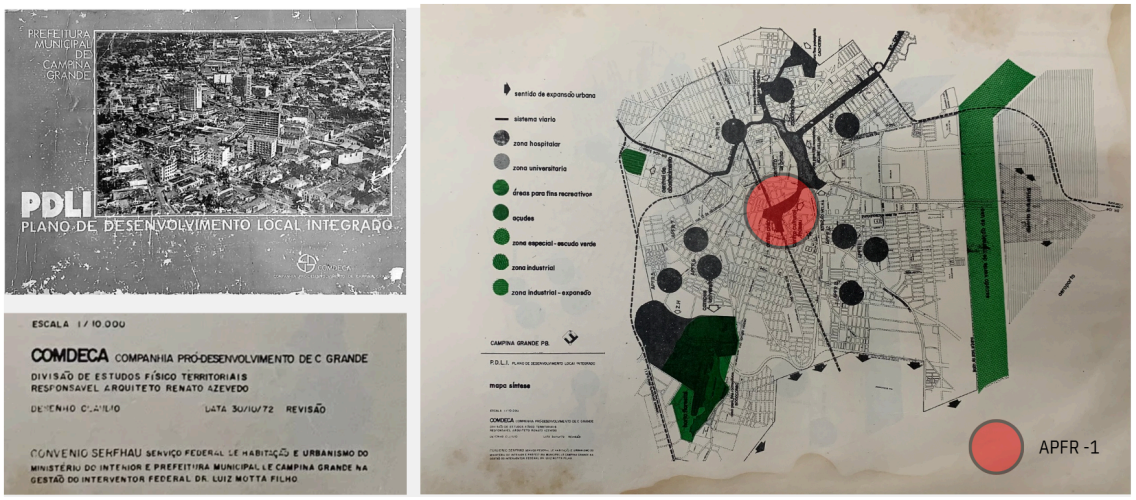
A denominada Paisagem das Águas Iluminadas tem início com a inauguração do Parque do Açude Novo, em 31 de janeiro de 1976, embora sua concepção anteceda esse marco, estando associada às diretrizes urbanas formuladas alguns anos antes, durante a gestão do interventor federal Luiz Motta Filho. A urbanização do antigo açude constituiu uma das prioridades do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), cuja orientação buscava disciplinar as práticas sociais urbanas e promover uma imagem de segurança e progresso alinhada aos ideais do Regime Militar (Figura 6).

Entre as diretrizes do PDLI, destacava-se o aumento da taxa de áreas verdes de Campina Grande, frequentemente associado à erradicação de comunidades de baixa renda situadas em áreas centrais. Tal estratégia, hoje reconhecida como uma forma de gentrificação verde[1], previa a implantação de treze Áreas para Fins Recreativos (APFR) no território urbano. Nesse contexto, foi proposta a criação de uma ampla zona de lazer composta por três projetos articulados: um parque implantado na área do antigo Açude Novo; um parque cultural

[1] Entende-se por gentrificação verde o processo pelo qual intervenções urbanas voltadas à sustentabilidade ambiental, como a criação ou requalificação de áreas verdes, promovem a valorização do solo e a exclusão indireta de populações de menor renda. O conceito evidencia as tensões entre sustentabilidade urbana e justiça ambiental (GOULD; LEWIS, 2016).

arborizado, destinado a conectar os Açudes Novo e Velho; e um Centro Cívico. Desses projetos, apenas o Parque do Açude Novo foi efetivamente concretizado.

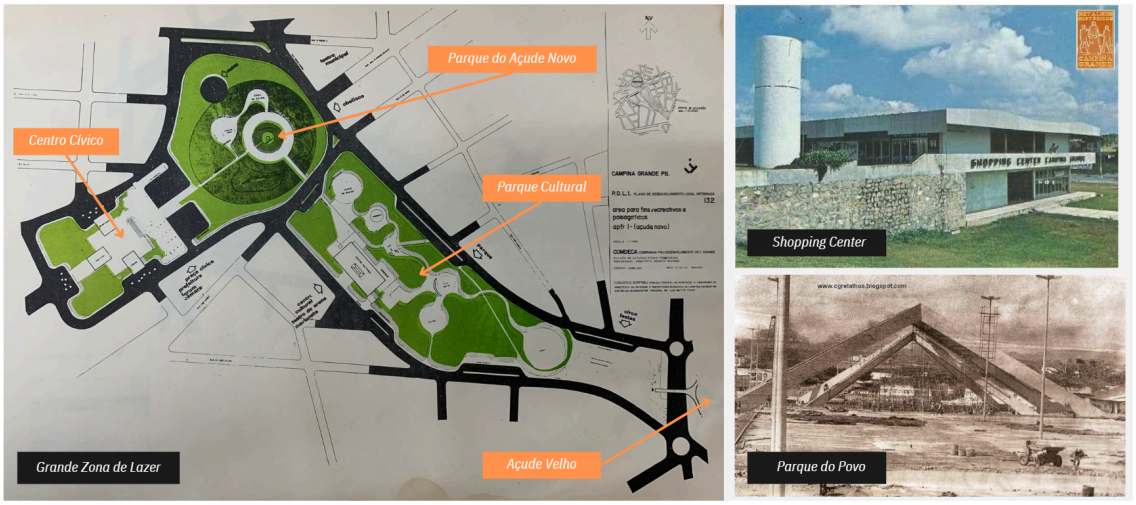
Figura 6: Capa do PDLI e mapa das 13 áreas para fins recreativos (APFR 1) de 1972.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), 1973.

Nos anos subsequentes, as áreas originalmente destinadas ao Centro Cívico e ao Parque Cultural sofreram alterações significativas. A primeira foi ocupada por um *shopping center* e por edificações que não estabeleceram diálogo espacial ou simbólico com o parque. Já a área prevista para o parque cultural foi integralmente pavimentada em 1986, dando origem ao Parque do Povo, espaço destinado à realização de grandes eventos, como o conhecido São João da cidade (Figura 7).

Figura 7: APFR 1 (esq.); Modificações nos projetos da APFR 1 nos anos 1980 (dir.).



Fonte: PMCG, 1973; RHCG (s.d.).

O projeto do Parque do Açude Novo foi elaborado pelo arquiteto e urbanista campinense Renato Azevedo, formado no Recife e integrante da equipe técnica responsável pelo PDLI (Lima, 2023). Embora o plano tenha sido desenvolvido em um contexto político autoritário,

com impactos sociais profundos, seus projetos apresentam qualidades formais e conceituais que contribuíram de maneira relevante para a consolidação da arquitetura e do urbanismo modernos na cidade (Figura 8).

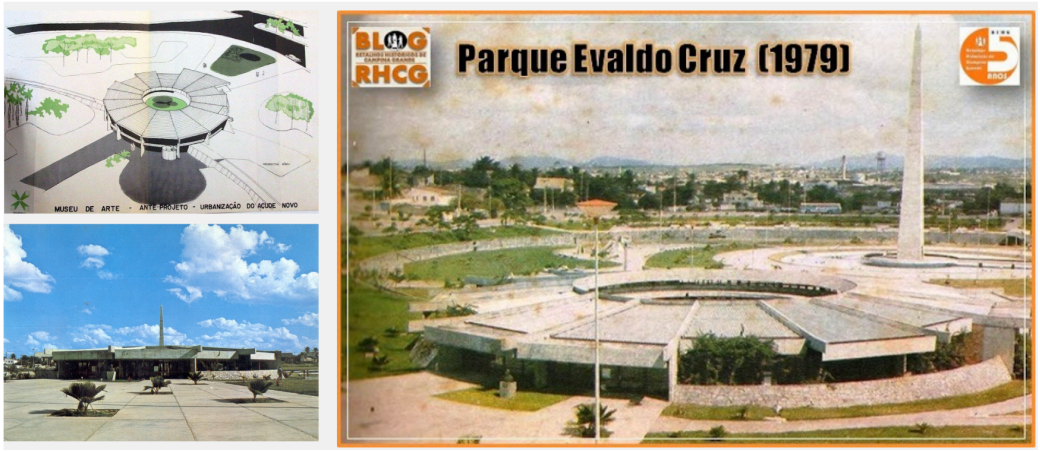
Figura 8: Renato Azevedo e equipe do PDLI.



Fonte: RHCG (s.d.), editado pelos autores.

As obras do parque foram executadas durante a gestão do prefeito Evaldo Cruz e, após seu falecimento, o espaço passou a levar seu nome, consolidando-se como Parque Evaldo Cruz (Lima Neto, 2022). Em seu interior foi implantado o Museu de Artes Assis Chateaubriand, edifício de planta circular com pátio central, que atualmente abriga a Secretaria de Cultura do município (Figura 9).

Figura 9: Imagens do Museu de Artes Assis Chateaubriand nos anos de 1970.



Fonte: RHCG (s.d.).

No centro do parque foi construído um obelisco em homenagem aos índios Ariús, concebido como elemento simbólico e também como ponto de controle visual do espaço (Figuras 11 e 12). A partir dessa posição elevada, era possível vigiar grande parte do interior do parque, inibindo usos considerados indesejáveis. Tal dispositivo remete, conceitualmente, ao modelo do panóptico formulado por Bentham, no qual a vigilância constante atua como mecanismo disciplinador dos comportamentos (Foucault, 1987) (Figura 10).

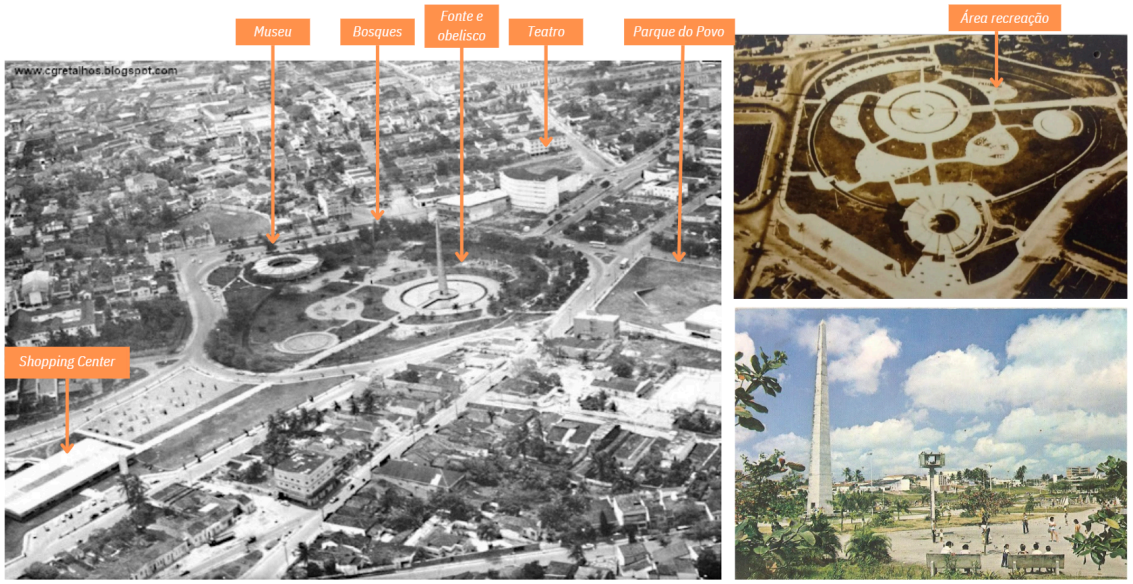
Figuras 10, 11 e 12: O panóptico de Jeremy Bentham (1785); e Imagens do obelisco e fonte luminosa do parque.



Fonte: ENLACES CS, 2020; RHCG (s.d.).

O obelisco era circundado por um espelho d'água circular, dotado de fonte luminosa que se tornou amplamente apreciada pela população, promovendo uma ressignificação simbólica das antigas águas paradas do Açude Novo (Figura 15). Essa grande área central articulava-se com setores destinados à recreação e com bosques que, ao longo do tempo, consolidaram-se como uma densa massa arbórea (Figuras 13 e 14).

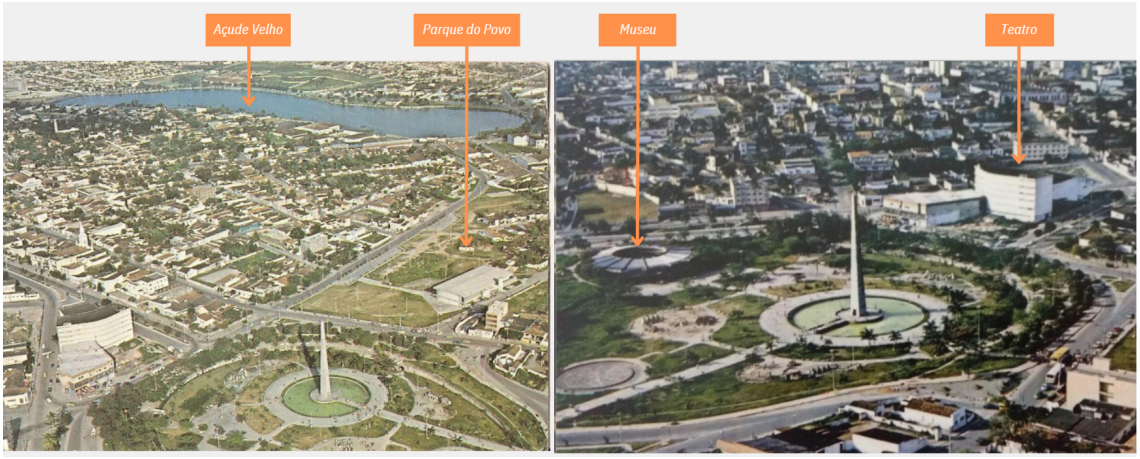
Figuras 13, 14 e 15: Vistas aéreas do Parque com indicação de setores; Apropriação nos anos 1970/80.



Fonte: RHCG (s.d.), editado pelos autores.

Durante seus primeiros anos, o Parque Evaldo Cruz foi intensamente frequentado, sobretudo por crianças, especialmente aos domingos. À época, a vegetação ainda em desenvolvimento permitia ampla visibilidade da paisagem edificada do entorno, reforçando a sensação de proximidade e integração entre o parque e a malha urbana adjacente (Figuras 16 e 17).

Figuras 16 e 17: Vistas aéreas do Parque Evaldo Cruz e entorno nos anos de 1980.



Fonte: RHCG (s.d.), editado pelos autores.

Paralelamente, delineava-se de forma gradual a chamada Paisagem sem Água, cuja consolidação pode ser simbolicamente referenciada pela inauguração, em 12 de outubro de 1993, de um novo ELP na cidade: o Parque da Criança, também projetado por Renato Azevedo.

3.3 A Paisagem sem Água

A implantação do Parque da Criança , amplamente reconhecido e apropriado pela população, contribuiu para o esvaziamento progressivo do Parque Evaldo Cruz por parte do poder público, evidenciando uma prática recorrente do planejamento urbano brasileiro, marcada pela criação de novos espaços livres em detrimento da conservação, requalificação e valorização dos existentes (Figura 18).

Figura 18: Imagens do Parque da Criança na década de 1990 e nos anos 2010.



Fonte: RHCG (s.d.), editado pelos autores; Fechine, 2018.

É nesse contexto que forma-se a denominada Paisagem sem Água refere-se ao período em que o Parque Evaldo Cruz passa a apresentar um estado precário de conservação, marcado, simbolicamente, pela ausência de água em seu espelho d'água (Figuras 19 e 20). Essa condição evidencia não apenas a degradação física do espaço, mas também o enfraquecimento de seu papel como lugar de permanência, convivência e sociabilidade urbana.

Figuras 19 e 20: Imagens do espelho d'água do Parque Evaldo Cruz sem água em 2017.



Fonte: Silva, 2017.

Diversos fatores contribuíram para o progressivo esvaziamento do parque nesse período, entre os quais se destacam a limitada diversidade de usos, as condições inadequadas de acessibilidade e a frágil relação estabelecida com os edifícios do entorno. Soma-se a esses aspectos o distanciamento gradual entre o museu e o espaço livre, intensificado pela instalação de grades que passaram a restringir o acesso, comprometendo a integração espacial e simbólica originalmente proposta no projeto.

Esse período de declínio do Parque também se intensificou com a mudança do sentido da circulação viária no seu entorno, associada à implantação do Terminal de Integração, que alterou significativamente as dinâmicas de acesso e visibilidade do espaço, impactando negativamente sua relação com a malha urbana adjacente. Cabe destacar que, por mais de uma década, as intervenções realizadas no Parque Evaldo Cruz não tiveram como objetivo a qualificação de sua infraestrutura ou de seu mobiliário urbano. Entre essas ações, destacam-se a ampliação da área comercial em seu entorno imediato, que passou a configurar uma barreira visual significativa na porção noroeste, tendo sido realizada pelos próprios comerciantes e sem um estudo de impacto na dinâmica de apropriação do parque; a citada construção da grade do Terminal de Integração, responsável por segregar fisicamente o Museu do restante do parque; o fechamento dos estabelecimentos comerciais localizados em seu interior; a inexistência ou desativação dos banheiros públicos e bebedouros; bem como as precárias condições de acessibilidade, que comprometeram o acesso e a apropriação do espaço por diferentes grupos sociais (Figura 21).

Figura 21: Composição de imagens mostrando os problemas de acessibilidade e precário estado de conservação do Parque em 2017.

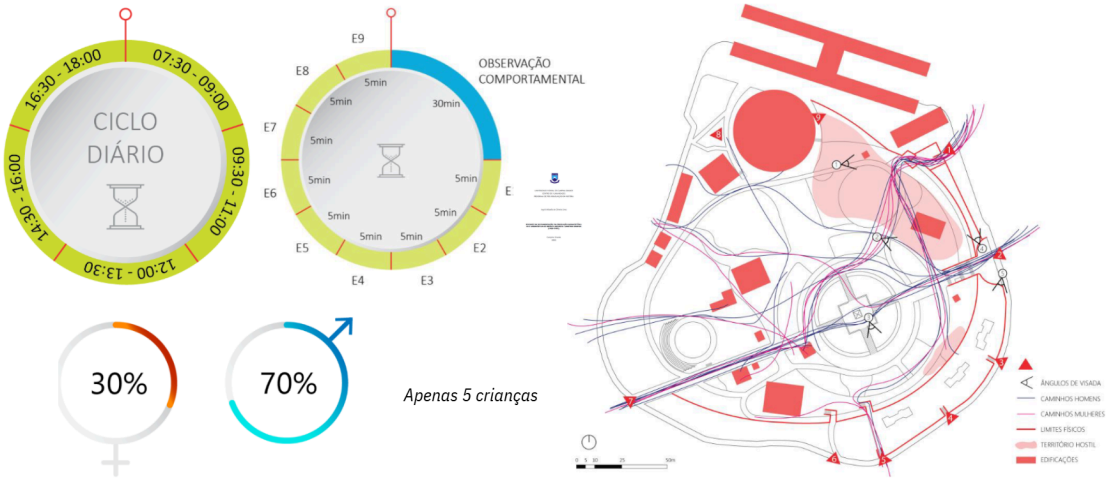


Fonte: Silva, 2017.

A análise dessa paisagem apoia-se em Silva (2017) e Silva e Barros Filho (2023), cujos estudos empregam diferentes técnicas de análise espacial, com ênfase na avaliação da intervisibilidade do Parque e na observação do comportamento de seus usuários.

O levantamento empírico empreendido por esses autores consistiu no registro dos fluxos e permanências no interior do Parque, realizado a partir de ciclos de observação de trinta minutos, repetidos em cinco períodos distintos do dia (Figura 22). Os dados obtidos indicaram um predomínio de usuários homens adultos, sendo reduzida a presença de crianças, o que sugere limitações na atratividade e na percepção de segurança do espaço.

Figura 22: Técnicas observacionais aplicadas no Parque Evaldo Cruz em 2017.



Fonte: Silva, 2017.

Os resultados revelaram ainda que as copas das árvores, embora desempenhem papel relevante na geração de sombreamento e no estímulo à permanência, configuram-se também

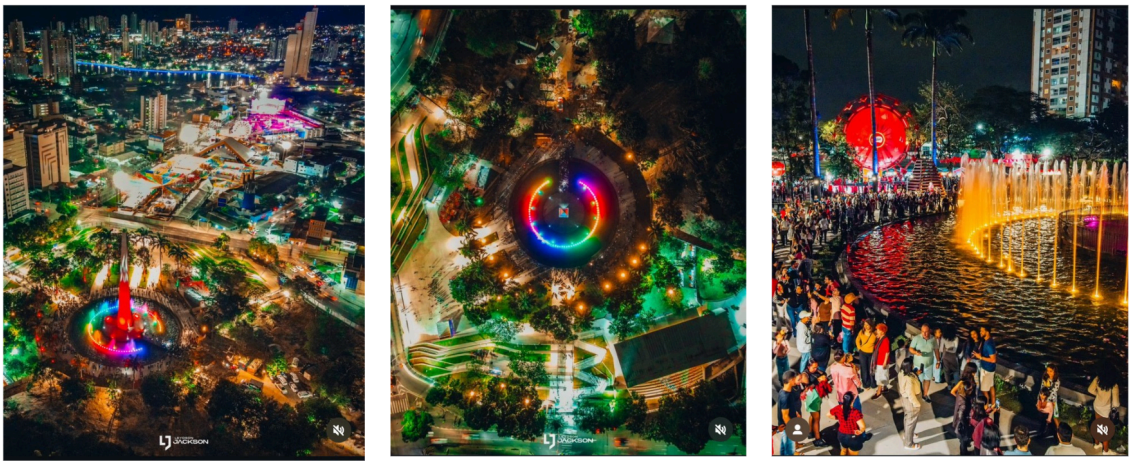
como barreiras visuais. Tal condição decorre de sua implantação em diferentes cotas do relevo, o que reduz a visibilidade do Parque para observadores situados em planos mais elevados do seu entorno.

Observou-se, por fim, que as áreas com maior concentração de pessoas não coincidiam com aquelas de maior intervisibilidade. Esse dado sugere uma preferência dos usuários por permanecer próximos a tais áreas, mas não diretamente nelas, indicando a valorização da possibilidade de observar sem ser observado. Tal comportamento reforça a leitura do espaço como um ambiente marcado por sensações de insegurança, elemento central na caracterização dessa camada da paisagem urbana.

3.4 A Paisagem das Águas Dançantes

A denominada Paisagem das Águas Dançantes emerge a partir de junho de 2024, e continua se formando até junho de 2025 - embora parte do projeto ainda não tenha sido executada -, associada à abertura das festividades juninas e à inauguração parcial do projeto de requalificação do Parque Evaldo Cruz. Entre as intervenções realizadas, destaca-se a implantação de uma nova fonte luminosa, cujos jatos de água, organizados de forma dinâmica e rítmica, introduzem um novo elemento sensorial e simbólico na paisagem, evocando a ideia de movimento e celebração (Figuras 23, 24 e 25).

Figuras 23, 24 e 25: Inauguração da Fonte das Águas Dançantes no Maior São João do Mundo de 2024.



Fonte: Jackson, 2024.

Por se tratar de uma intervenção recente e ainda em processo de execução, não é possível, neste momento, proceder a uma avaliação aprofundada dessa nova paisagem. No entanto, a análise das diretrizes do projeto e das ações já implementadas permite identificar ao menos três estratégias centrais que orientam a requalificação do espaço (Figura 26).

Figura 26: Composição de imagens ilustrando as principais diretrizes do projeto de requalificação.



Fonte: PMCG, 2023, editado pelos autores; Autores, 2024/25.

A primeira estratégia consiste na remoção de determinados elementos com o objetivo de melhorar as condições de acessibilidade e circulação. Entre as ações adotadas incluem-se a supressão de parte da arborização existente, a retirada de uma das plataformas do Terminal de Integração e a eliminação das lanchonetes localizadas no perímetro norte do Parque (Figura 27). Essas intervenções indicam uma tentativa de desobstrução visual e física do espaço, favorecendo fluxos mais contínuos e acessos mais diretos.

Figura 27: Imagens ilustrativas da Estratégia 1.



Fonte: Paraíba Todo Dia, 2023.

A segunda estratégia está relacionada à introdução de novos usos e equipamentos, com a finalidade de estimular a reapropriação do Parque pela população (Figura 28). Nesse sentido, foram implantados dispositivos como pista de caminhada, quadra poliesportiva e um espaço coberto destinado a usos múltiplos, ampliando o repertório de atividades possíveis e buscando diversificar os perfis de usuários e as temporalidades de uso do espaço.

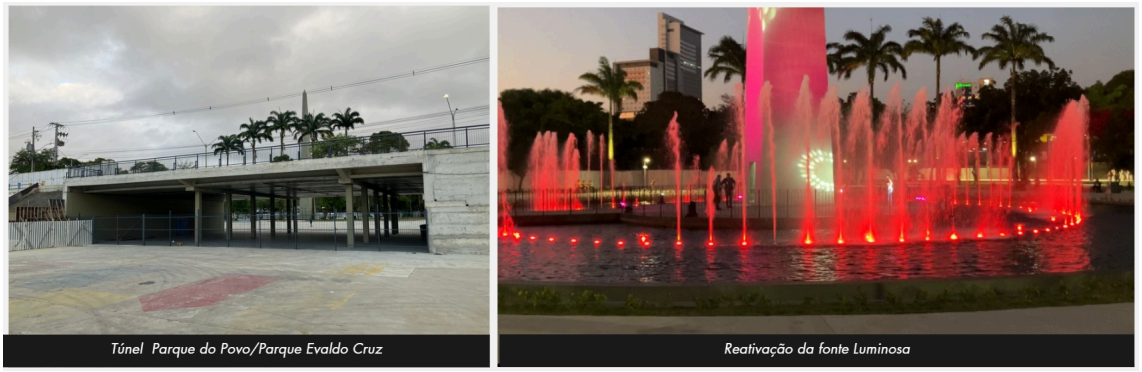
Figura 28: Imagens ilustrativas da Estratégia 2.



Fonte: A*utores, 2024 e 2025*.

A terceira estratégia refere-se à retomada de diretrizes originalmente previstas no PDLI, elaborado no início da década de 1970. Entre essas ações destacam-se a reabertura do túnel de conexão entre o Parque Evaldo Cruz e o Parque do Povo, bem como a reativação da fonte luminosa (Figura 29). Essa estratégia reintroduz, sob uma nova roupagem formal e tecnológica, elementos já presentes em paisagens anteriores, promovendo uma reinterpretação contemporânea de conceitos do urbanismo moderno.

Figura 29: Imagens ilustrativas da Estratégia 3.



Fonte: *Autores, 2024*.

Tal sobreposição de referências e a reatualização de dispositivos paisagísticos preexistentes suscitam questionamentos relevantes acerca dos sentidos dessa requalificação, especialmente no que se refere à continuidade, à ruptura e à ressignificação das camadas temporais que conformam a paisagem urbana em estudo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a paisagem pode ser compreendida como o resultado de uma interação complexa entre sujeito e objeto, na qual se articulam dimensões materiais, simbólicas e sensoriais. Ao provocar sensações, mobilizar memórias e influenciar comportamentos, a paisagem revela-se como um campo dinâmico de produção de significados, no qual transformações e permanências coexistem. A análise de diferentes paisagens, nesse sentido, permite apreender não apenas os processos de mudança, mas também a persistência de elementos e valores que atravessam o tempo.

Sob essa perspectiva, o Parque Evaldo Cruz pode ser interpretado como um palimpsesto urbano, constantemente submetido à sobreposição de novas camadas paisagísticas que, embora introduzam rupturas e ressignificações, não conseguem eliminar por completo as marcas das paisagens anteriores. Essas permanências, expressas sob a forma de rugosidades e resquícios do passado, contribuem para a complexidade e a singularidade do espaço, reforçando sua condição histórica e cultural. Assim, retomando a questão que nos motivou a análise — será que a paisagem moderna ainda não foi superada? —a leitura das diferentes paisagens identificadas ao longo do tempo indica que a paisagem moderna não foi plenamente superada, mas tampouco permanece intacta ou hegemônica. Seus princípios e dispositivos espaciais continuam a operar como referências estruturantes, seja por meio da materialidade construída, seja pela permanência de valores associados ao ordenamento, à monumentalidade e à funcionalidade do espaço público. Contudo, essas heranças vêm sendo continuamente tensionadas e resignificadas pelas práticas sociais contemporâneas, que introduzem novos usos, sentidos e apropriações, revelando a coexistência de múltiplas temporalidades na paisagem. Desse modo, a paisagem moderna no Parque manifesta-se como uma camada ativa e relacional, que dialoga com outras camadas históricas e com demandas atuais, confirmando seu caráter híbrido, processual e inacabado.

Compreender as paisagens que conformam esse ELP, portanto, ultrapassa o mero exercício descritivo, constituindo-se como um instrumento fundamental para a formulação de propostas paisagísticas mais sensíveis às dinâmicas sociais, mais acessíveis em termos de uso e apropriação, e mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e urbano. Tal compreensão permite orientar intervenções capazes de dialogar criticamente com as camadas temporais existentes, reconhecendo o valor da memória urbana na construção de paisagens mais justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERQUE,Augustin. Payage, milieu, histoire. In: Berque, Augustin (Dir.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage.** Seyssel: éditions du Champ Vallon, 1994.

_____. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

FECHINE, Dani. **Campinismo reflete identidade e autoestima de Campina Grande.** G1 Paraíba, 11 out. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/10/11/campinismo-reflete-identidade-e-autoestima-de-campina-grande.ghtml. Acesso em: fevereiro de 2026.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOULD, K. A. e LEWIS, T. L. **Green Gentrification: Urban sustainability and the struggle for environmental justice**. Routledge: 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2025**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em:https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html. Acesso em: fevereiro de 2026.

LEYDSON JACKSON **(@leydsonjackson).** Instagram, 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/leydsonjackson. Acesso em: fevereiro de 2026.

LIMA, Ingrid M. O.. **Resgate da documentação da produção arquitetônica e urbanística de Renato Azevedo.** Campina Grande (1968-1997). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade Federal de Campina Grande, 2023.

LIMA NETO, Carlos Alberto. **Venturosa Campina**: propostas e reformas em Campina Grande-PB. 1970-1976. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil:** *1783-2000*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

MAGNOLI, Miranda M.. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARANDOLA, Hugo L.; OLIVEIRA, Lívia. **Origens da paisagem em *Augustin Berque*: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem.** *Geograficidade*, v. 8, n. 2, p. 139-148, nov. 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/13140. Acesso em: fevereiro de 2026 .

PARAÍBA TODO DIA. **Coordenadora do Meio Ambiente em Campina Grande explica o porquê da remoção de árvores no Açude Novo**. Paraíba Todo Dia, 04 set. 2023. Disponível em: https://www.paraibatododia.com.br/noticia/16676/coordenadora-do-meio-ambiente-em-campina-grande-explica-o-por-que-da-remocao-de-arvores-no-acude-novo. Acesso em:fevereiro de 2026.

QUEIROZ, Marcus V. Dantas. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Campina Grande: EDUFCG, 2016.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. **Retalhos Históricos de Campina Grande**. Campina Grande, s.d. Disponível em: https://cgretalhos.blogspot.com/. Acesso em: fevereiro de 2026.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Karla Victória Nunes da. **A urbanidade do parque Evaldo Cruz à luz da intervisibilidade**. Trabalho de conclusão de curso. Campina Grande, PB, 2017.

SILVA, Karla V. N. da.; BARROS FILHO, Mauro N. M. **A intervisibilidade e seus impactos na urbanidade: o caso do Parque Evaldo Cruz em Campina Grande, PB**. In: Lugares e suas interfaces intraurbanas: qualidade de sistemas urbanos e edificados. Ana G. Negrão, César R. Canova, Dimitri C. Castor e José A. R. da Silveira (Orgs.). João Pessoa: Estúdio Borandá, 2023.

SOUZA, Katyuscia Kelly Catão de. **Sonhos urbanos**: o Parque do Açude Novo e a (re)construção da “alma” campinense. Campina Grande (1969-1979).Campina Grande: EDUFCG, 2014.

SPIRN, Anne Whiston. **The Eye Is a Door: Landscape, Photography, and the Art of Discovery.** Minneapolis: Wolf Tree Press, 2014.

VILLAÇA, Flávio. **Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos(org.), O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2024.